PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

| | |
|---|---|
| Expeça - se | |
| Publique - se | |
| 2020-10-22 | |
| O Secretário da Mesa | |
| Helga Correia (Assinatura Qualificada) | Digitally signed by Helga Correia (Assinatura Qualificada) Date: 2020.10.22 03:18:43 +01:00 Reason: Location: |

☐ **REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

☒ **PERGUNTA** Número 350 / XIV ( 2 .ª)

Assunto: Requalificação das instalações da Escola Secundária Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André, concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal

Destinatário: Ministro da Educação

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP visitou recentemente a Escola Secundária Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André, no concelho de Santiago do Cacém.

As instalações da Escola Secundária Padre António Macedo datam de 1983. Passados 37 anos de utilização, o atual edificado desta escola necessita de obras de requalificação urgentes, para a resolução dos seguintes problemas identificados:
- Cobertura com problemas graves de infiltrações, chove nas salas e instalação elétrica atingida com repercussões que podem ser graves;
- Degradação da rede de água, com ruturas de canalização frequentes o que exige a realização de obras de fundo;
- Problemas na instalação elétrica, necessitando de intervenção urgente;
- Anfiteatro ao ar livre necessita de manutenção.

A direção da escola tem vindo a fazer um esforço com a realização de pequenas intervenções de melhoramento das condições das instalações à custa do orçamento privativo e não do Orçamento do Estado, constatando-se a total desresponsabilização do Governo nesta matéria.

Depois do anúncio público pelo Governo de investimento em equipamento informático para as escolas e estudantes, foi efetuado o levantamento de necessidades, mas até ao momento não se conhece o ponto de situação da sua concretização.

Há carência de auxiliares de ação educativa na escola. Para além dos auxiliares de ação educativa já terem uma média de idades elevada e estarem sobrecarregados de trabalho, no número de funcionários é insuficiente para assegurar a vigilância e a limpeza e higienização acrescidas, para dar cumprimento às recomendações de saúde pública.

Têm-se constatado também dificuldades na colocação de professores, sobretudo na área da informática, da geografia e da economia. Não há rejuvenescimento dos professores, muitos professores têm 55 ou mais anos, é previsível a contínua saída de professores por aposentação,

a curto e médio prazo pelo que , é urgente que o Governo intervenha rapidamente, para que no futuro não haja um agravamento deste problema.

Em 2018 o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu a Pergunta n.º 2664/XIII/3.º - Situação da Escola Secundária Padre António Macedo, concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, onde já colocávamos muitas destas preocupações, à qual o Governo não respondeu.

A Escola Pública é imprescindível para assegurar o direito à educação e promover a igualdade no acesso e sucesso escolar. Por isso, o investimento nesta escola, seja ao nível da requalificação das instalações da escola e na aquisição de equipamentos e materiais didáticos, seja no reforço do número de trabalhadores, é essencial para assegurar as adequadas condições no processo ensino/aprendizagem.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Educação, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Considerando a necessidade de intervenção e de resolução dos problemas estruturais das instalações da escola, quando pretende o Governo proceder à sua requalificação, lançando o procedimento concursal com esse objetivo?
2. Que medidas pretende o Governo tomar para reforçar o número de auxiliares de ação educativa?
3. Dada a falta de professores que está identificada em determinadas áreas e elevada média de idades dos professores na escola, que medidas pretende o Governo tomar para promover o rejuvenescimento e garantir que há professores em todas as áreas?
4. Na sequência do anúncio de investimento em equipamento informático pelo Governo, qual é o ponto de situação da sua execução?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.